

CONPEL - COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL

Cia. Aberta - CNPJ: 09.116.278/0001-01

Registro CVM: 00468-5

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

30 DE SETEMBRO DE 2015





RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos

Diretores e Acionistas da

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL

Conde – PB.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da **CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL**, contidas no Formulário de Informações Trimestrais– ITR, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2.015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2.015, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, assim como as principais políticas contábeis incluídas nas notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as informações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R3) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Bases para conclusão com ressalva

A administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, no pressuposto de continuidade normal dos negócios conforme requerido pela NBC TA 570 – “Continuidade Operacional” aprovado pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.226/09 e alterações posteriores, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1. Entretanto a Companhia tem apresentado significativos prejuízos operacionais nos últimos exercícios, o que se repetiu também neste trimestre, além de dificuldades financeiras para geração de fluxo de caixa positivo; de acordo com laudo de avaliação para fins de teste de *impairment* (Nota Explicativa nº 15) o valor líquido negativo de geração de caixa estimado para os próximos 5 (cinco) exercícios é de R\$ 17.198 mil. A Companhia apresenta alto grau de endividamento tributário de curto prazo, também com fornecedores e instituições financeiras, encontrando dificuldades para obtenção de novos financiamentos; apresenta ainda situação de passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) em montante de R\$ 117.374. Essas situações indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia e, portanto, ela pode não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios. As demonstrações contábeis e as notas explicativas não divulgam integralmente esses fatos.

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, exceto pela divulgação incompleta das informações referidas no parágrafo “base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas, lidas em conjunto com as notas explicativas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R3) aplicável à emissão de informações trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as notas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado individual referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2.015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

EBITDA

A informação constante na nota explicativa nº 30 (EBITDA), foi apresentada de forma suplementar, e não faz parte do conjunto das demonstrações contábeis; entretanto essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores comparativos do ano anterior

Os valores correspondentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2.014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 05 de novembro de 2.014, o qual continha parágrafo de ênfase sobre a continuidade normal dos negócios e sobre a manutenção de saldo diferido. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2.014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 16 de fevereiro de 2.015, o qual continha opinião com ressalva e parágrafo de ênfase, respectivamente sobre a não apresentação de laudo para fundamentar o teste de *impairment* e continuidade dos negócios.

Conde (PB), 13 de novembro de 2.015.

RONALDO ARSIE GUIMARÃES

Contador CRC (PR) nº 0033.757/O-1



**GUIMARÃES E GONÇALVES AUDITORIA E
CONSULTORIA EMPRESARIAL SS
CRC Nº PR-007570-O/07**

RELATÓRIO DE DESEMPENHO

A Diretoria da empresa Conpel Cia Nordestina de Papel, com atividades no segmento de fabricação de papeis do tipo Kraft, chapas e embalagens de caixas, bem como a industrialização de sacos simples e multifoliados, apresenta e submete para apreciação o Comentário de Desempenho e suas informações trimestrais – ITRs finalizados em 30 de Setembro de 2015 e 2014.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

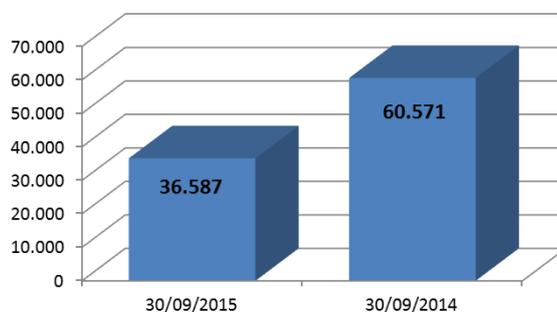
Contas de Resultado

As embalagens produzidas pela Conpel atendem vários setores, com destaque aos relacionados à construção civil, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza.

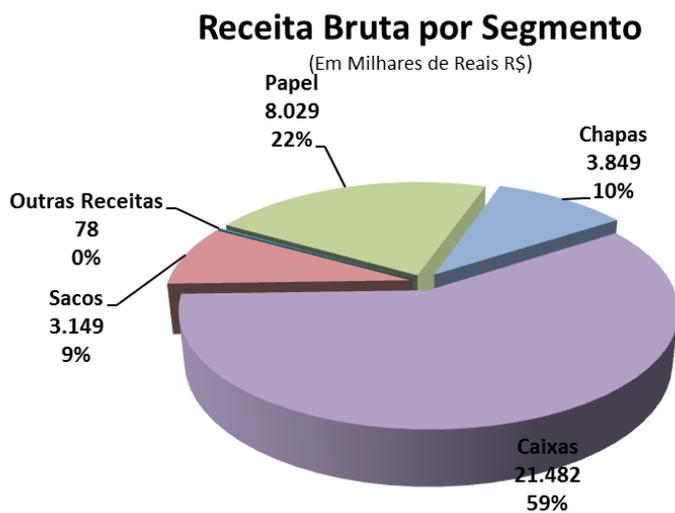
RESULTADO POR FUNÇÃO	30/09/2015	%	30/09/2014	%
Receita Operacional Líquida	22.603		38.685	
(-) Custos do Produtos Vendidos	(24.391)		(37.834)	
Lucro Bruto	(1.788)	-7,91%	851	2,20%
<i>Despesas Operacionais</i>				
Com Vendas	(1.004)	4,44%	(696)	1,80%
Gerais e Administrativas	(3.125)	13,83%	(4.889)	12,64%
Outras Receitas e Despesas	(46.982)	207,86%	(3.809)	9,85%
Lucro antes do Result. Financeiro e Tributos	(52.899)	234,04%	(8.543)	22,08%
<i>Resultado Financeiro</i>				
Receitas Financeiras	220	0,97%	122	0,32%
Despesas Financeiras	(10.155)	44,93%	(17.201)	44,46%
Resultado Antes Imp. de Renda Contrib. Social	(62.834)	277,99%	(25.622)	66,23%
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	(9.671)	-42,79%	1.008	-2,61%
Resultado Líquido do Período	(72.505)	320,78%	(24.614)	63,63%

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta apresentou diminuição de 39,60% comparada com o mesmo trimestre do ano anterior, fato atribuído à retração da economia.

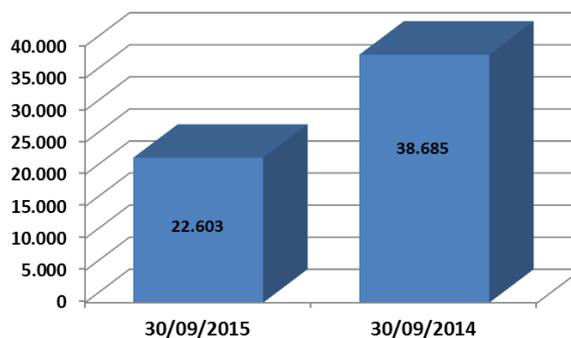


No gráfico abaixo é demonstrado a participação de cada linha de produto sobre a Receita Operacional Bruta.



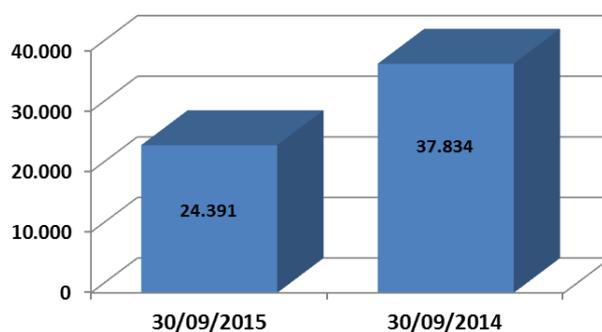
Receita Operacional Líquida (ROL)

A receita operacional líquida demonstrou diminuição de 41,57% em relação a 2014, devido ao aumento da competitividade com a chegada de novos fornecedores desse segmento na região e o fim de alguns contratos de venda.



Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

Os custos dos produtos vendidos em Setembro/2014 representavam 62,46% da Receita Bruta, em Setembro/2015 passaram a representar 66,67%.





CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL

CNPJ : 09.116.278/0001-01

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30/09/2015	31/12/2014
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	9	544
Contas a Receber de Clientes	7	8.678	15.341
Estoques	8	12.923	15.032
Adiantamento a Fornecedores	9	691	515
Impostos a Recuperar	10	749	698
Outros Créditos	11	49	60
Despesas do Exercício Seguinte		209	120
Total do Ativo Circulante		23.308	32.310
NÃO-CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Impostos a Recuperar	10	53	71
Empresas Ligadas	12	2.731	2.340
Créditos Tributários Diferidos	13	-	9.894
Outros Créditos	11	688	1.136
Total do Realizável a Longo Prazo		3.472	13.441
Imobilizado	14	-	45.699
Total do Ativo Não-Circulante		3.472	59.140
TOTAL DO ATIVO		26.780	91.450

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL

CNPJ : 09.116.278/0001-01

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	Nota	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
CIRCULANTE			
Fornecedores	16	10.833	9.484
Empréstimos e Financiamentos	17	6.781	12.595
Obrigações Sociais	18	15.086	10.970
Obrigações Tributárias	19	104.256	87.723
Adiantamento de Clientes	20	1.295	1.212
Outras Obrigações		154	125
Total do Passivo Circulante		<u>138.405</u>	<u>122.109</u>
NÃO-CIRCULANTE			
Obrigações Sociais	18	595	2.148
Obrigações Tributárias	19	544	7.229
Empresas Ligadas	12	2.158	2.158
Impostos Diferidos	22	2.452	21.599
Total do Passivo Não-Circulante		<u>5.749</u>	<u>33.134</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	23		
Capital Social	23.1	22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial	14.1	-	37.527
Prejuízos Acumulados	22.2	(139.712)	(123.658)
Total do Patrimônio Líquido		<u>(117.374)</u>	<u>(63.793)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		<u>26.780</u>	<u>91.450</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL

CNPJ : 09.116.278/0001-01

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(Expressos em milhares de reais)

RESULTADO POR NATUREZA	Nota	30/09/2015	30/09/2014
Receita Operacional Líquida	24	22.603	38.685
(-) Custos do Produtos Vendidos		(24.391)	(37.834)
Lucro Bruto		(1.788)	851
<i><u>Despesas Operacionais</u></i>			
Com Vendas	25	(1.004)	(696)
Gerais e Administrativas	26	(3.125)	(4.889)
Outras Receitas e Despesas	27	(46.982)	(3.809)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		(52.899)	(8.543)
<i><u>Resultado Financeiro</u></i>			
Receitas Financeiras	28	220	122
Despesas Financeiras		(10.155)	(17.201)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(62.834)	(25.622)
Imposto de Renda e Contribuição Diferidas		(9.671)	1.008
Resultado Líquido do Período		(72.505)	(24.614)
<u>Prejuízo por Ação Básico e Diluído R\$:</u>		(4,00)	(1,36)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL

CNPJ : 09.116.278/0001-01

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Expressos em milhares de reais)

	Nota	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Ajuste de Avaliação Patrimonial</u>	<u>Patrimônio Líquido Total</u>
Em 31 de Dezembro de 2013		22.338	(93.515)	38.753	(32.424)
Resultado do Período		-	(24.614)	-	(24.614)
(-) Realização do Custo Atribuído		-	920	(920)	-
Em 30 de Setembro de 2014		22.338	(117.209)	37.833	(57.038)
Resultado do Período		-	(6.755)	-	(6.755)
(-) Realização do Custo Atribuído		-	305	(305)	-
Em 31 de Dezembro de 2014		22.338	(123.659)	37.528	(63.793)
Resultado do Período		-	(72.505)	-	(72.505)
(-) Realização do Custo Atribuído		-	56.452	(37.528)	18.924
Em 30 de Setembro de 2015		22.338	(139.712)	-	(117.374)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL

CNPJ : 09.116.278/0001-01

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

(Expressos em milhares de reais)

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
RESULTADO DO PERÍODO	(72.505)	(24.614)
<i>Outros Resultados Abrangentes</i>	18.924	-
RESULTADO ABRANGENTE	<u>(53.581)</u>	<u>(24.614)</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL

CNPJ : 09.116.278/0001-01

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

(Expressos em milhares de reais)

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Período	(72.505)	(24.614)
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	2.262	2.526
Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa	(501)	1.120
Juros Provisionados	421	263
Incentivos Fiscais Recebidos	(619)	-
Reversão de IRPJ/CSLL Diferidos	9.671	-
Provisão p/ Impairment	43.315	-
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	(17.956)	(20.705)
Clientes	7.164	(4.058)
Estoques	2.109	(2.612)
Impostos a Recuperar	9.861	(1.079)
Despesas do Exercício Seguinte	(88)	(161)
Outros Créditos	282	2.343
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	19.328	(5.567)
Fornecedores	1.349	116
Obrigações Sociais e Tributárias	3.136	25.560
Adiantamento de Clientes	84	36
Outras Obrigações	28	(175)
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	4.597	25.537
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	5.969	(735)
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(114)	(2.232)
Baixa Imobilizado	236	-
Empréstimos Concedidos a Pessoas Ligadas	(391)	(978)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	(269)	(3.210)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Empréstimos e Financiamentos	31.073	33.865
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(37.308)	(29.729)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	(6.235)	4.136
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(535)	191
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	544	683
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	9	874

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL

CNPJ : 09.116.278/0001-01

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Expressos em milhares de reais)

	30/09/2015	30/09/2014
RECEITAS		
Venda dos Produtos	31.855	55.521
Reversão de IRPJ/CSLL Diferidos	(9.671)	(206)
Venda de Ativo Imobilizado	(76)	-
Provisão (Reversão) Créditos de Liq. Duvidosa	501	(1.120)
Provisão p/ Impairment	(43.315)	-
Perdas Não operacionais	(4.706)	-
Incentivos Fiscais Recebidos	619	1.597
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos Produtos Vendidos	(10.928)	(25.894)
Materiais - energia, serv. Terceiros e outros	(6.412)	(11.940)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(42.133)	17.958
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(2.262)	(2.526)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(44.395)	15.432
VALOR ADICIONADO RECEBIDO (CEDIDO) EM TRANSFERENCIA		
Receitas Financeiras	220	122
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RECEBER)	(44.175)	15.554
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(44.175)	15.554
<i>Pessoal</i>		
Remuneração Direta	6.802	7.129
Benefícios	899	1.327
FGTS	576	557
<i>Impostos, Taxas e contribuições</i>		
Federais	5.904	10.810
Estaduais	3.971	6.797
Municipais	-	-
<i>Remuneração de capitais de terceiros</i>		
Juros	10.155	13.507
Aluguéis	23	41
<i>Remuneração de capitais Próprios</i>		
Resultado do Período	(72.505)	(24.614)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015
(Em milhares de Reais)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa Conpel Cia Nordestina de Papel fabrica papéis do tipo Kraft, chapas e embalagens de caixas, bem como, a industrialização de sacos simples e multifoliados.

As embalagens produzidas pela Conpel atendem vários setores, com destaque a construção civil, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza.

A Empresa Conpel Cia Nordestina de Papel é uma companhia aberta e está registrada na CVM – Comissão de Valores Mobiliários com registro nº 00468-5, tem sua inscrição no CNPJ sob nº 09.116.278/0001-01 e NIRE nº 2530000622-6. Está sediada no município de Conde, Estado da Paraíba, na Rodovia BR 101 - Km 06, S/nº, Bairro Vale do Gramame, CEP 58.322-000.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações.

No exercício de 2015 a companhia iniciou um processo de reestruturação da suas atividades operacionais, buscando superar as dificuldades financeiras que o país atravessa, bem como conseguir aumentar suas margens operacionais.

Neste contexto, a partir de abril a administração promoveu várias alterações nos seus procedimentos de controle, buscou aumento de preços, alteração de prazos e promoveu uma grande alteração nos seus quadros de colaboradores.

Outras ações específicas foram tomadas quanto as margens de resultado, visto que o mercado de papel e ondulados apresentou forte retração e, além disso, alguns contratos estavam com margens muito reduzidas.

Todo este trabalho está sendo feito com objetivo de recuperar o potencial que a planta fabril da companhia tem atualmente, inclusive com tecnologias que alguns concorrentes regionais ainda não mantêm.

Nossas demonstrações são elaboradas com todas as premissas de continuidade da operação, inclusive nossas previsões orçamentárias projetam margens operacionais lucrativas, com isso planejamos que o exercício de 2016 seja promissor de grandes conquistas para a companhia.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 09 de Novembro 2015.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do trimestre findo em 30 de setembro de 2015 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Classificações de Itens Circulantes e Não-Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensações entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações contábeis, ativos e passivos, ou receitas e despesas não são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.3 Transações em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações contábeis são mensurados em moeda funcional - Reais (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual são realizadas praticamente todas as suas transações.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não-monetários pelas taxas da data da transação.

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.5 Ativos Financeiros

A companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina

a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A companhia possui ainda Aplicações Financeiras classificadas como realizáveis em Curto Prazo, pois as mesmas referem-se aos excedentes do caixa diário que movimentam assim constantemente as aplicações, havendo resgates e inserções de numerários.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e recebíveis da empresa compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

3.6 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos).

As Contas a Receber de clientes não foram ajustadas a seu valor presente por estarem em sua maioria vencidas ou com prazos de vencimento em curto prazo.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Adicionalmente, em decorrência da natureza dos produtos da Companhia, em casos de obsolescências de produtos acabados, os mesmos podem ser reciclados, para reutilização na produção.

3.8 Imobilizado

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

3.9 Impairment de Ativos Não-Financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

3.10 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente.

3.11 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.12 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; sendo o valor estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

3.13 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos as autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social, ambos diferidos, lançados no ativo não circulante e no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social.

3.14 Benefícios a Empregados

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, odontológica, entre outros, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício.

3.15 Apurações do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.16 Reconhecimentos das Receitas de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. O

valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. Baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.17 Julgamentos e Uso de Estimativas Contábeis

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- a) Créditos de liquidação duvidosa são provisionados e posteriormente lançados para perdas quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) Constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos estoques;
- c) Revisão da vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis e de sua recuperação nas operações;
- d) Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- e) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa; e,
- f) As taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

3.18 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer para empresas de capital aberto a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das informações trimestrais apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

3.19 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Essa nova norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Essa norma entra em vigor a partir de 2015, mas vem sendo revisada desde a sua emissão. A administração ainda não concluiu a avaliação dos impactos de sua adoção.

É bom ressaltar que essas revisões e novas normas ainda não foram objeto de emissão pelo CPC das equivalentes normas novas ou revisadas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo o processo de homologação pelos reguladores competentes. Em geral, as adoções antecipadas de normas novas ou revisadas e interpretações, embora encorajadas pelo IASB, não estão permitidas ou não estão disponíveis nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Portanto, essas normas novas e/ou revisadas não estão contempladas nessas demonstrações contábeis da Companhia.

NOTA 4 - GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnico CPC n.º 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de setembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 30 de junho de 2015, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- a) Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- b) Aplicações Financeiras: As aplicações são classificadas como mantidas para negociação ou como caixa e equivalentes de caixa, quando resgatáveis em curtíssimo prazo (inferior a 90 dias). Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado, com as variações nesses valores refletidas na demonstração do resultado.
- c) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.
- d) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.

Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Para o gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

Risco de crédito

A Companhia possui diversificação da carteira de clientes, no montante de 87% do total do faturamento. Paralelamente, a Companhia realiza contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações. Neste contexto, a Companhia está promovendo ações que visam à integridade deste capital. Para esta finalidade, ações relacionadas à redução do endividamento bancário, redução de custos promovidos através de melhores negociações com fornecedores, diminuição das despesas financeiras, renegociação de contratos junto aos clientes da Companhia e através de ações organizadas para a redução dos seus custos fixos e despesas comerciais e administrativas, proporcionando desta forma, retorno aos seus acionistas e garantia as demais partes interessadas.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentaram riscos relevantes e, portanto, dispensa a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução CVM nº 475/08 e Deliberação CVM nº 550/08.

NOTA 5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
ATIVOS FINANCEIROS		
Mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado		
Caixa e Equivalentes de Caixa	9	544
Recebíveis		
Contas a Receber de Clientes	8.678	15.341
Depósitos Judiciais	688	1.136
TOTAL ATIVOS FINANCEIROS	9.375	17.021
PASSIVOS FINANCEIROS		
Outros Passivos Financeiros		
Fornecedores	10.833	9.484
Empréstimos e Financiamentos	6.781	12.595
TOTAL PASSIVO FINANCEIRO	17.614	22.079

NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São constituídos pelos saldos de caixas, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras referem-se basicamente a aplicações pós fixadas e de liquidez imediata, sem perdas significativas no resgate antecipado. As aplicações financeiras são atualizadas até o limite do valor de mercado desses títulos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa	-	1
Bancos Conta Movimento	9	24
Aplicações Financeiras	-	519
Total de Caixa e Equivalentes	9	544

NOTA 7 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

Os títulos de créditos são compostos por duplicatas e outros títulos, gerados no processo de vendas de mercadorias e estão registrados pelo seu valor de realização.

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Contas a Receber de Clientes	10.817	17.981
(-) Provisão Credito Liquidação Duvidosa	(2.139)	(2.640)
Contas a Receber de Clientes	8.678	15.341
Outros Créditos	49	60
Parcela Circulante	8.727	15.401
Total a Receber de Clientes	8.678	15.341
Total das Demais Contas a Receber	49	60
Total Geral	8.727	15.401
Aging List Contas a Receber de Clientes	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Vencidos	5.255	6.238
A vencer em até 3 meses	5.091	9.360
A vencer entre 3 e 6 meses	325	2.383
A vencer de 6 meses a 1 ano	146	-
Contas a Receber de Clientes	10.817	17.981
Contas a Receber por Tipo de Moeda	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Reais	8.727	15.401
Contas a Receber de Clientes	8.727	15.401

Na avaliação efetuada para fins de determinação do ajuste a valor presente, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, pois as contas a receber possuem liquidação em curtíssimo prazo de vencimento das faturas.

NOTA 8 - ESTOQUES

Os produtos acabados foram avaliados pelo custo de produção. As matérias primas, secundárias, embalagens e materiais diversos no almoxarifado, pelo custo médio de aquisição, não superando ao valor de mercado.

Em 30 de setembro de 2015 os estoques apresentam um valor de R\$ 12.937 mil e estão registrados ao seu valor justo realizável menos o custo das vendas. Nenhum dos bens constantes em estoques da Companhia encontram-se sob penhor de garantia a quaisquer tipos de passivo ou empréstimo. Abaixo demonstramos os saldos deste grupo:

	30/09/2015	31/12/2014
Produtos acabados	13.721	10.761
Matérias primas	2.421	2.138
Embalagens	477	635
Outros materiais	1.471	1.293
Operações com Terceiros	132	155
Mat. Rec p/ Industrialização	32	50
Provisão p/Perdas de Estoque	(5.331)	-
Total dos Estoques	12.923	15.032

No 4º trimestre desse exercício, estaremos realizando inventário físico de itens de estoque de produtos acabados no depósito de chapas de papelão ondulado, para isso, realizamos a provisão para perdas de Estoque no montante de R\$ 5.331.

NOTA 9 - ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	30/09/2015	31/12/2014
M e A Duarte	7	7
Jose Luciano Ferreira Silva - ME	1	6
Marivone Pereira Martins	32	-
Outros Fornecedores	651	502
Total Adiantamentos a Fornecedores	691	515

NOTA 10 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	30/09/2015	31/12/2014
PIS	1	1
COFINS	3	3
IRRF	25	62
IRPJ/CSLL Estimativa	74	73
Saldo Negativo IRPJ/CSLL	320	235
ICMS sobre ativo imobilizado	35	37
Adto p/ Parcelamento (REFIS)	291	287
Parcela Circulante	749	698
ICMS sobre ativo imobilizado	53	71
Parcela Não Circulante	53	71
Total de Impostos a Recuperar	802	769

NOTA 11 - OUTROS CRÉDITOS

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativo Circulante		
Outros Creditos	49	60
Total Circulante	49	60
Ativo Não Circulante		
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	688	1.136
Total Não Circulante	688	1.136
Total Outros Créditos	737	1.196

NOTA 12 - PARTES RELACIONADAS

	<u>Ativo Não Circulante</u>	
	<u>Mútuos</u>	
	<u>30/09/2015</u>	<u>30/12/2014</u>
EKN Administração e Participações	894	816
Arpeco S/A Artefatos de Papeis	-	63
Cocelpa Cia de Celulose e Papel	1.837	1.461
	2.731	2.340
	<u>Passivo Circulante</u>	
	<u>Fornecedores</u>	
	<u>30/09/2015</u>	<u>30/12/2014</u>
Cocelpa Cia de Celulose e Papel	-	480
	-	480
	<u>Passivo Não Circulante</u>	
	<u>Mútuo</u>	
	<u>30/09/2015</u>	<u>30/12/2014</u>
Compet Agro Florestal	2.158	2.158
	2.158	2.158
	<u>Resultado (Despesas)</u>	
	<u>Custos</u>	
	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Cocelpa Cia de Celulose e Papel	536	4.188
	536	4.188

As condições aplicadas às empresas relacionadas equivalem às mesmas condições aplicadas ao mercado.

NOTA 13 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DIFERIDOS

A composição dos tributos diferidos classificados em longo prazo tem como base a constituição de provisões de para impairment e provisão para crédito de liquidação duvidosa. Entretanto posteriormente ao teste de impairment, ocorreu o estorno desses créditos diferidos nesse período, conforme nota 15.

31/12/2014	Base Cálculo	Alíquota IRPJ	Alíquota CSLL	Crédito IRPJ	Crédito CSLL	Total
Prov. Para Créditos de Liq Duvidosa	2.640	25%	9%	660	238	898
Provisão p/ Impairment	26.460	25%	9%	6.615	2.381	8.996
Parcela Não Circulante	29.100			7.275	2.619	9.894

30/06/2015	Base Cálculo	Alíquota IRPJ	Alíquota CSLL	Crédito IRPJ	Crédito CSLL	Total
Prov. Para Créditos de Liq Duvidosa	2.358	25%	9%	590	212	802
Provisão p/ Impairment	26.460	25%	9%	6.615	2.381	8.996
Provisão p/ Conting. de Estoque	4.912	25%	9%	1.228	442	1.670
Parcela Não Circulante	33.730			8.433	3.035	11.468,00

NOTA 14 - IMOBILIZADO

A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos imobilizados em atendimento ao ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28 e 37, o qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado seja revisada no mínimo a cada exercício.

	Terrenos	Edific. e Benf.	Maquinas e Equip.	Instal.	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	Imobiliz. Andam.	Total
Média Taxas de Depreciação		3,69%	6,23%	9,39%	7,27%	15,42%	10,55%		
Saldo Inicial	4.460	7.586	32.717	461	257	4	78	861	46.424
Adições	-	-	2.240	6	20	-	58	-	2.324
Baixas	-	-	-	-	-	(3)	-	-	(3)
Depreciação	-	(796)	(1.956)	(222)	(41)	-	(31)	-	(3.046)
Saldo Final	4.460	6.790	33.001	245	236	1	105	861	45.699
Em 31 de Dezembro de 2014									
Custo	7.002	19.911	77.226	4.386	714	59	463	1.352	111.113
Dep. Acum. e Impairment	(2.542)	(13.121)	(44.225)	(4.141)	(478)	(58)	(358)	(491)	(65.414)
Valor líquido contábil	4.460	6.790	33.001	245	236	1	105	861	45.699
Saldo Inicial	4.460	6.790	33.001	245	236	1	105	861	45.699
Adições	-	-	114	-	-	-	-	-	114
Baixas	-	-	(236)	-	-	-	-	-	(236)
Depreciação	-	(597)	(1.464)	(148)	(31)	(1)	(21)	-	(2.262)
Impairment	(4.460)	(6.193)	(31.415)	(97)	(205)	-	(84)	(861)	(43.315)
Saldo Final	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 30 de Setembro de 2015									
Custo	7.002	19.911	77.104	4.386	714	59	463	1.352	110.991
Dep. Acum. e Impairment	(7.002)	(19.911)	(77.104)	(4.386)	(714)	(59)	(463)	(1.352)	(110.991)
Valor líquido contábil	-	-	-	-	-	-	-	-	-

A depreciação do ativo imobilizado de R\$ 2.262 Mil é proveniente de R\$ 2.217 Mil registrados no custo e R\$ 45 Mil registrados nas despesas administrativas. Devido ao teste de impairment, provisionamos todo o valor do ativo imobilizado, vide NOTA 15.

NOTA 15 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Em atendimento a legislação vigente, Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, bem como, o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela resolução CFC nº 1.292/10 e alterações posteriores, assim como a deliberação CVM nº 639/2010, sobre a aplicabilidade do teste de recuperabilidade também conhecido como *impairment*, a Companhia procedeu os testes dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e não circulantes a fim de determinar se estes sofreram perdas, visando mensurar a capacidade de retorno que estes ativos possam proporcionar para a companhia.

Considerando que a legislação dispõe que a Companhia deve apresentar periodicamente análise sobre a recuperação dos ativos, e também, em atendimento ao Ofício de Alerta nº 013/2015/CVM/SEP/GEA-5 datado de 05/08/2015, no qual solicita a adequação dos procedimentos relativos à elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, em setembro de 2015 a companhia contratou os serviços da empresa Ferrari Organização e Avaliações Patrimoniais Ltda., inscrita no CNPJ nº 93.272.003/0001-65, com objetivo de efetuar os testes necessários para elaboração do laudo em consonância com CPC 01 (R3).

Foi apresentado o Laudo nº 0158/2015 elaborado pelo critério de “Valor em Uso” (pelo fluxo de caixa). Com base neste laudo a companhia reconheceu a desvalorização por meio da constituição de provisão de perda, na totalidade do seu Ativo Imobilizado e intangível, no montante de R\$ 43.315 Mil, totalizando para o 3º trimestre de 2015 um valor de R\$ 69.775 mil de provisão de perdas (*Impairment*) no acumulado. Houve também a reversão dos créditos tributários ativos constituídos sobre as diferenças temporárias, no montante de R\$ 11.468 Mil, reconhecidos até o 2º trimestre de 2015, em atendimento a resolução CFC nº 1.189/09 e alterações posteriores e deliberação CVM nº 599/09, que aprovaram o Pronunciamento Técnico (CPC) 32 – Tributos sobre o Lucro.

Considerando que o valor provisionado de Impairment foi correspondente a totalidade do seu ativo imobilizado e, buscando maior transparência ao mercado, a companhia fará até o encerramento do exercício, uma avaliação patrimonial pelo “Valor Justo de Mercado” dos seus ativos conforme determinado pelo CPC 01: “... *valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso*”, objetivando a confirmação dos valores justos de mercado.

NOTA 16 – FORNECEDORES

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Contas a Pagar a Fornecedores	10.833	9.484
Contas a Pagar a Fornecedores	10.833	9.484
Outras Obrigações	154	125
Total de Outras Obrigações	154	125
Aging List Contas a Pagar	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Vencidos	9.445	4.669
A vencer em até 3 meses	1.055	4.224
A vencer entre 3 e 6 meses	101	154
A Vencer de 6 meses a 1 ano	232	257
A vencer acima de 1 ano	-	180
Contas a Pagar a Fornecedores	10.833	9.484

NOTA 17 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A natureza das obrigações pode ser elencada como segue:

Empréstimos e Financiamentos

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Capital de Giro	-	13
Conta Garantida	918	1.000
Mútuo	-	118
Financiamentos	355	731
Duplicatas Descontadas	5.508	10.733
Total de Empréstimos e Financiamentos	6.781	12.595

a) Vencimentos

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Por Data de Vencimento		
Em até 6 meses	6.781	12.595
	6.781	12.595

b) Moeda

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Por Tipo de Moeda		
Reais	6.781	12.595
	6.781	12.595

c) Indexadores

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Por Indexação		
Taxas Pré-Fixadas - Capital de Giro	0,55%	0,55%
Taxas Pré-Fixadas - Conta Garantida	3,50%	3,50%
Taxas Pré-Fixadas - Financiamento (CDC)	1,61%	1,61%
Taxas Pré-Fixadas - Mutuo (CDI)	0,90%	0,90%
Taxas Pré-Fixadas - Duplicatas Descontadas	1,60%	1,60%

Todos os empréstimos e financiamentos acima estão garantidos por duplicatas a receber dos clientes.

NOTA 18 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Está composta por:

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Salários a Pagar	346	428
INSS	9.831	6.256
FGTS	1.684	1.192
IRRF Funcionários	860	576
Provisões e Encargos	1.634	1.304
Provisão Indenizações	633	633
Parcelamentos Previdenciários	-	514
Contribuição Sindical	98	67
Parcela Circulante	15.086	10.970
Parcelamentos Previdenciários	595	2.148
Parcela Não-Circulante	595	2.148

NOTA 19 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

		30/09/2015	31/12/2014
ICMS	a)	120	98
PIS	b)	3.539	3.042
COFINS	b)	17.672	15.302
IPI	b)	70.657	63.878
INSS S/ FATURAMENTO	b)	2.182	1.667
IRRF		61	29
IRPJ		768	784
CSLL		201	194
ISS		28	11
INSS Retido Fonte		38	24
PIS/COFINS/CSLL		128	56
ICMS Diferencial de Aliquota		38	10
ICMS Divida Ativa		8.184	-
Parcelamento Federal		640	587
Parcelamento Estadual - ICMS	c)	-	2.041
Parcela Circulante		104.256	87.723
Parcelamento Federal		544	763
Parcelamento Estadual - ICMS	c)	-	6.466
Parcela Não-Circulante		544	7.229

- a) No período de janeiro a setembro de 2015 a Companhia obteve o montante aproximado de R\$ 619 Mil em incentivos fiscais – FAIN (referente de crédito presumido do ICMS), incentivo fiscal do governo da Paraíba. De acordo com a Resolução 025/2010, ratificada pelo decreto nº 31.837/2010, proporcionou a Companhia o direito a utilização do crédito presumido de 74,25% do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente, relativo às saídas decorrentes da produção industrial própria incentivada, com vencimento em até 02 de dezembro de 2025, o que subsidiará a Companhia parte dos investimentos necessários para ampliação de sua capacidade instalada e manutenção de seu parque fabril.
- b) Com relação os tributos indiretos federais (IPI, PIS, COFINS, INSS s/ Faturamento), os saldos são compostos pelos seguintes valores, aproximadamente R\$ 70.000 mil, devido à reversão do REFIS, programa de recuperação fiscal, vinculada a lei 11.941/2009, no qual a companhia foi excluída e mais R\$ 25.000 mil que são débitos correntes que se encontram, no âmbito da RFB, período compreendido entre 01/2013 a 09/2015.
- c) A companhia aderiu em junho de 2014 o Programa de Recuperação de Créditos Tributários relacionados ao ICMS, de acordo com Medida Provisória nº 225 de 28 de abril de 2014, instituída pelo estado da Paraíba, porém não foi possível cumprir com sua obrigação no pagamento desse parcelamento, por se tratar de um valor relativamente alto (R\$ 146 mil cada parc.), para atual situação financeira da empresa, sendo que no momento em que consolidamos esse parcelamento havia

uma expectativa diferente dessa que se concretizou e que estamos passando. Por esse motivo fomos excluídos do parcelamento e o valor dos débitos encontra-se com status de dívida ativa.

NOTA 20 - ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Corresponde a adiantamentos efetuados por clientes, que em sua maioria, realizam os pagamentos à vista para retirada dos produtos posteriormente.

Adiantamento de Clientes	30/09/2015	31/12/2014
SUCOS DO BRASIL S/A	20	123
CCB - CIMPOR CIMENTOS DO BRASIL LTDA	104	110
VASPEL IND E COM DE PAPEIS LTDA	-	86
INDÚSTRIAS REUNIDAS RENDA S/A.	48	57
GESSO ALIANCA DO ARARIPE LTDA EPP	-	48
FC OLIVEIRA & CIA LTDA	-	45
JOSE BEZERRA JUNIOR ME (EMBALE.COM)	-	41
PREMOLDADOS PADRÃO LTDA ME	2	38
M DIAS BRANCO S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS	-	36
OUTROS	1.121	628
Total Adiantamento de Clientes	1.295	1.212

NOTA 21 - IMPOSTOS DIFERIDOS

As alíquotas destes impostos, definidas atualmente para determinação desses débitos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, que refletem sobre o ajuste de avaliação patrimonial ocorrido sobre o ativo imobilizado da companhia. Nesse trimestre ocorreu a baixa do custo atribuído, reflexo da provisão para redução ao valor recuperável de ativos.

Base	30/09/2015	31/12/2014
Custo Atribuído	-	56.858
Vida Útil	7.212	6.669
IRPJ Diferido (25%)	1.803	15.882
CSLL Diferida (9%)	649	5.717
Total	2.452	21.599

NOTA 22 - REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e diretores.

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Remuneração de Conselheiros	223	213
Remuneração de Diretores	100	176
Total	323	389

NOTA 23 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Prejuízos Acumulados Anteriores	(123.658)	(93.515)
Movimentação do Período	(16.054)	(30.143)
Prejuízos Acumulados Total	<u>(139.712)</u>	<u>(123.658)</u>
Capital Social	22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial	-	37.527
Patrimonio Líquido	<u>(117.374)</u>	<u>(63.793)</u>

Capital Social

O Capital Social realizado é composto por 18.122.099 ações, que correspondem a R\$ 22.338 mil. A composição é a seguinte:

Ações	<u>Autorizado</u>		<u>Realizado</u>		<u>a Subscriver</u>	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Ordinárias	16.600.183	78	14.048.567	78	2.551.616	78
Preferenciais	4.813.384	22	4.073.532	22	739.852	22
Total	21.413.567	100	18.122.099	100	3.291.468	100

Composição do Controle Acionário em 30/09/2015 – Principais Acionistas (Ações Ordinárias)

EKN – Embalag. Kraft do NE Ltda	13.712.687	13.712.687
Diversos Terceiros Minoritários	335.880	335.880
Total	14.048.567	14.048.567

NOTA 24 - RECEITAS BRUTAS

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Mercado Interno		
Papel Kraft	8.029	5.178
Chapa de papelão	3.849	6.043
Caixas	21.482	37.865
Sacos	3.149	10.367
Outras Receitas	78	1.118
Total Mercado Interno	36.587	60.571
<i>(-) Impostos sobre Vendas</i>	(9.252)	(16.836)
<i>(-) Devoluções e Abatimentos</i>	(4.732)	(5.050)
Receita Líquida	22.603	38.685

NOTA 25 - DESPESAS COM VENDAS

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Honor. Sal. Encargos e Benefícios	-	(543)
Serviços, Aluguéis e Fretes	-	(36)
Energia, Água e Comunicações	-	(13)
Impostos Taxas e Contribuições	-	(9)
Gastos Gerais	-	(95)
Frete	(699)	-
Comissões	(305)	-
Total	(1.004)	(696)

NOTA 26 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Honor. Sal. Encargos e Benefícios	(2.051)	(3.170)
Serviços, Aluguéis	(296)	(750)
Energia, Água e Comunicações	(313)	(291)
Materiais de Consumo	(244)	(378)
Impostos Taxas e Contribuições	(6)	(9)
Gastos Gerais	(215)	(291)
Total	(3.125)	(4.889)

NOTA 27 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
(+) Outras Receitas		
Incentivo FAIN	619	1.597
Reversão de Provisões	-	61
Recuperação de Despesas	624	4
Outras Receitas	52	9
Total Outras Receitas	1.295	1.671
(-) Outras Despesas		
Perdas Recebimento de Credito	501	-
Provisão para Perdas	-	(1.181)
Outras Despesas	(48.778)	(4.299)
Total Outras Despesas	(48.277)	(5.480)
Total	(46.982)	(3.809)

Do valor de R\$ 48.778 da rubrica Outras Despesas, R\$ 5.332, são referentes à provisão para perdas de estoque, constituído de acordo com critério adotado pela administração da companhia, reconhecendo antecipadamente uma diferença estimada em 70% no estoque de chapas, um dos segmentos de venda. A empresa tem em seu plano de ação durante o exercício de 2015, estar regularizando essa deficiência e no 4º Trimestre desse ano será realizado inventário e R\$ 43.315, são referente ao teste de impairment no qual resultou na provisão para perdas do valor total dos Ativos.

NOTA 28 - RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
(+) Receitas Financeiras		
Juros s/ Aplicações Financeiras	37	28
Juros Mora Ativos	122	63
Descontos Obtidos	38	12
Variações Cambiais	-	11
Outros Juros Ativos	23	8
Total Receitas Financeiras	220	122
(-) Despesas Financeiras		
Juros s/ Financiamentos	(57)	(942)
Juros s/ Duplicatas Descontadas	(1.005)	(1.377)
Juros s/ Cessão de Direitos	-	-
Juros Mora Passivos	(276)	(189)
Juros Recolhimento de Tributo	(6.580)	(12.969)
Multas Recolhimento de Tributo	(1.308)	(1.174)
Juros Tributos Parcelados	-	-
Descontos Concedidos	(18)	(3)
Despesas Bancarias	(861)	(311)
Variações Cambiais	-	(198)
Outras Despesas Financeiras	(50)	(38)
Total Despesas Financeiras	(10.155)	(17.201)
Total Resultado Financeiro	(9.935)	(17.079)

NOTA 29 - DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
NATUREZA DA DESPESA		
Depreciação e Amortização	(2.262)	(2.526)
Despesas com Pessoal	(8.278)	(9.013)
Matérias-Primas e Materiais de uso e Consumo	(10.928)	(23.894)
Serviços de Terceiros	(5.378)	(7.986)
Outras Despesas Operacionais	(50.452)	(5.480)
Total Natureza da Despesa	(77.298)	(48.899)
FUNÇÃO DA DESPESA		
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(24.391)	(37.834)
Despesas com Vendas	(1.004)	(696)
Despesas Gerais e Administrativas	(3.125)	(4.889)
Outras Despesas Operacionais	(48.778)	(5.480)
Total Função da Despesa	(77.298)	(48.899)

NOTA 30 - INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR – LAJIDA (EBITDA)

Conforme instrução CVM 527/12, a Companhia aderiu à divulgação voluntária de informações de natureza não contábil como informação adicional agregada em suas informações trimestrais, apresentando o LAJIDA (EBITDA) – Lucros Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, para os períodos findos em 30 de setembro de 2015 e de 2014. Em linhas gerais, o LAJIDA (EBITDA) representa a geração operacional de caixa da Companhia, correspondente ao quanto à empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos. Ressalva-se que este não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, ou ainda, como indicador de liquidez.

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
LAJIDA (EBITDA)		
RESULTADO LÍQUIDO DO TRIMESTRE	(72.505)	(24.614)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	9.671	(1.008)
(+) Despesas Financeiras	10.155	17.201
(-) Receitas Financeiras	(220)	(122)
RESULTADO ANTES DOS JUROS E DO IMPOSTO DE RENDA (EBIT)	(52.899)	(8.543)
(+) Depreciação e Amortização	2.262	2.526
RESULTADO ANTES DOS JUROS, DO IMPOSTO DE RENDA, DA DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO (EBITDA)	(50.637)	(6.017)

NOTA 31 - COBERTURA DE SEGUROS

A companhia mantém seguro do seu parque fabril com a empresa Yasuda Marítima Seguros e considera o seu valor suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações industriais e administrativas.

Seguros

Seguradora:	Yasuda Marítima
Modalidade:	Patrimonial
Objeto:	Pagamento de indenização ao Segurado por prejuízos que ele venha a sofrer por Danos Materiais (Prédio, Maquinismo, Móveis, Utensílios, Instalações, Mercadorias e Matérias primas do Segurado).
Coberturas:	Incêndio (inclusive decorrente Queda de Raio, Explosão e Implosão). Danos Elétricos. Equipamentos Eletrônicos - Modalidade "A". Sem extensão de cobertura para roubo e/ou furto com vestígios. Equipamentos Estacionários. Equipamentos Móveis. Impacto de Veículos / Queda de Aeronaves. Roubo de Bens. Tumultos.
Vigência:	O seguro terá o seu início às 24h:00 min (vinte e quatro horas) a partir do dia 27/03/2015 até 24h:00 min (vinte e quatro horas) do dia 27/03/2016
Limites Máximos de Indenização	<ul style="list-style-type: none">• Básica - Incêndio, inclusive decorrente de Queda de Raio, Explosão e Implosão – R\$ 124.000.000,00• Danos Elétricos – R\$ 3.000.000,00• Equipamentos Eletrônicos, sem roubo – R\$ 100.000,00• Equipamentos Estacionários – R\$ 100.000,00• Equipamentos Móveis – R\$ 100.000,00• Impacto de Veículos / Queda de Aeronaves – R\$ 4.000.000,00• Roubo de Bens – R\$ 50.000,00• Tumultos R\$ 1.000.000,00

Conde (PB), 09 de novembro de 2015.

Cristiano Ciriaco Delgado
Diretor Presidente e
Diretor de Relações com Investidores

Aécio Rodrigo Antunes
Contador
CRC PR 0557341/O-3